



## INTERPELAÇÃO ESCRITA

Depois da entrada em vigor da Lei da Habitação Económica em 2011, foram realizados dois concursos para a habitação económica, em Março e Dezembro de 2013, respectivamente. No segundo concurso para a candidatura a 1 900 fracções de diferentes tipologias, o Instituto de Habitação (IH) recebeu 42 703 candidaturas. Em Julho do ano passado, as autoridades afirmaram que, tendo em conta a experiência, iam ser necessários dois anos para concluir a apreciação das referidas candidaturas.

Com vista a reduzir os procedimentos administrativos, o Governo propôs a revisão parcial da Lei da Habitação Económica, nomeadamente, a substituição do actual método, apreciação seguida de sorteio, por outro, sorteio seguido de apreciação, ou seja, quando já estão reunidos todos os dados necessários, efectua-se o sorteio para graduação das candidaturas, e depois passa-se à apreciação e verificação dos dados dos candidatos sorteados. Com este novo sistema prevê-se ser possível reduzir o tempo de apreciação das candidaturas de dois anos para um ano. As autoridades prometeram que iam submeter à Assembleia Legislativa (AL) a proposta de lei de revisão parcial, em meados de Outubro do ano passado.

Entretanto, o novo presidente do IH, leong Kam Wa, afirmou, em meados de Janeiro, que os trabalhos de revisão da lei estão a enfrentar alguns obstáculos, por isso, neste momento, ainda se encontram na fase de estudo



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

das opiniões recolhidas. O IH e a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça estão a acelerar a elaboração da proposta de lei de revisão parcial, e prevêem poder submetê-la à apreciação da AL no 2.º trimestre deste ano. Quanto à lista provisória dos candidatos ao sorteio, o IH vai proceder à sua divulgação um mês depois da conclusão da apreciação por parte da AL.

O preço dos imóveis privados mantém-se relativamente elevado, e alguns residentes das classes sociais baixa e média pretendem, através das candidaturas ao arrendamento e à aquisição de habitações públicas, reduzir as suas despesas com a habitação e os seus encargos com a vida do dia-a-dia. O Governo afirmou várias vezes que o atraso da construção das habitações públicas se deve à falta de terrenos e a dificuldades técnicas objectivas, o que deixou a população bastante desiludida. Desta vez, existem fracções disponíveis para venda, mas devido à complexidade dos procedimentos administrativos, os candidatos não conseguem ter acesso a uma habitação, o que é absolutamente inaceitável.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Quais foram as razões para o adiamento da revisão parcial da Lei da Habitação Económica? Tendo em conta o actual andamento dos trabalhos, quando é que a apreciação das candidaturas do referido concurso à habitação económica vai ser concluída?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

2. O prazo para a apresentação das candidaturas à habitação económica terminou em meados de Março do ano passado, e as autoridades propuseram a alteração do actual método por outro, com o objectivo de reduzir de dois anos para um ano o tempo de apreciação das mais de 40 mil candidaturas. Já se passaram mais de 10 meses e nada se vê quanto à conclusão da referida revisão parcial. Mesmo que haja possibilidade de ser aprovada até Março, a nova lei não vai adiantar nada ao concurso. Alguns residentes estão preocupados com o adiamento da referida revisão, que poderá prolongar a apreciação das candidaturas para além dos dois anos inicialmente previstos. As autoridades devem seguir os actuais procedimentos, dando continuidade à apreciação das referidas candidaturas, para assegurar que a referida apreciação fique concluída dentro do prazo de dois anos previsto, mesmo que a revisão parcial não seja aprovada. Vão fazê-lo?

**A Deputada à Assembleia Legislativa**

**Lei Cheng I**

23 de Janeiro de 2015